

SER PROSTITUTA: O SENTIDO DO TRABALHO MORALMENTE INACEITÁVEL

Késia Aparecida Teixeira Silva¹, Guilherme de Freitas Borges², Flávia Luciana Naves Mafra³, Mônica Carvalho Alves Cappelle⁴

Artigo recebido 28/11/2012. Aprovado em 12/09/2013.

RESUMO

Em sua pesquisa sobre o sentido do trabalho junto a administradores, realizadas entre 1994 e 1998, Morin (2002) apresentou seis características do trabalho que tem sentido, dentre elas, a que postula que para ter sentido o trabalho deve ser moralmente aceitável. Diante deste resultado questionou-se qual seria o sentido do trabalho moralmente inaceitável. Optou-se, então, por investigar uma categoria considerada imoral na sociedade: as prostitutas. Para tanto, buscou-se apreender o sentido que essas mulheres atribuem ao trabalho sexual realizado, bem como descrever sua trajetória e a percepção que têm da atividade que desenvolvem. Adotou-se uma abordagem de pesquisa qualitativo-descritiva, realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação não-participante. A interpretação dos dados baseou-se na perspectiva construcionista social e, portanto, utilizou-se a proposta de análise da produção de sentidos. Por meio de entrevistas junto a essas profissionais, observou-se que o trabalho para elas não deixa de ter um sentido, no entanto este se volta para sua sobrevivência e dos familiares e para a possibilidade de consumir aquilo que desejam.

Palavras-chave: Trabalho. Sentido do trabalho. Prostituição.

Esta obra está licenciada sob uma Licença *Creative Commons Attribution 3.0*.

Agradecemos pelo apoio financeiro da FAPEMIG.

1 Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Professora do Curso de Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas Arcos) kesia.atsilva@yahoo.com.br

2 Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Professor do Curso de Ciências Contábeis do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). guilhermebcvo@hotmail.com

3 Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (UFLA). flanaves@dae.ufla.br

4 Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (UFLA). edmo@dae.ufla.br.

BEING A PROSTITUTE: THE MEANING OF WORK MORALLY UNACCEPTABLE

ABSTRACT

In his research about the meaning of work together with administrators, conducted between 1994 and 1998, Morin (2002) presented six features in regards to work that have sense, among them, the one which postulates that the work to be meaningful must be morally acceptable. Given this result was then asked, what should be the meaning of work morally unacceptable. We chose to investigate a category considered immoral in society: the prostitutes. To this end, we sought to understand the sense that these women give to performed sex work, as well as describing their history and their perception of the activity they carry out. A descriptive-qualitative research approach was adopted and conducted through semi-structured interviews and non-participant observation. Data interpretation was based on social constructionist perspective and therefore the senses production analysis proposal was used. Through interviews with these professionals, it was observed that the work for them is not without a sense; however this turns to their and their families' survival and the possibility to consume what they want.

Keywords: Work. Sense of working. Prostitution.

The content of GESTÃO.Org is licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 license.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho, mais que um meio de sobrevivência e acúmulo de riquezas tornou-se uma das principais dimensões da vida humana, interferindo na inserção do homem na sociedade, delimitando os espaços de mobilidade social, fazendo com que os indivíduos sejam identificados mediante as atividades que realizam. Desta forma o trabalho adquiriu um novo sentido para os indivíduos, uma vez que a realização pessoal está intimamente relacionada ao reconhecimento do trabalho perante a sociedade (SILVA, 2011).

No decorrer do tempo, o significado do trabalho modificou-se, deixando de ser considerado um fardo necessário à sobrevivência, para tornar-se um meio de realização e valorização humanas. As sociedades antigas consideravam o trabalho indigno aos homens livres, sendo então uma atividade voltada para os escravos. Somente a partir do século XVI, através do protestantismo, foi que o trabalho tornou-se símbolo de dignidade humana e posteriormente, no século XVIII, com a industrialização, passou-se a considerá-lo algo além de mera sobrevivência, mas também fonte de realização (CARMO, 1992).

Nesta perspectiva observa-se que o trabalho tem uma substancial representação na vida das pessoas. Daí o intuito de investigar seu sentido para os trabalhadores, uma vez que este se diferenciará mediante as características e valores que possuir na vida do indivíduo. No presente estudo investiga-se o sentido que o trabalho tem para as prostitutas, tendo em vista a não aceitação desta profissão por parte da sociedade.

Em sua pesquisa sobre o sentido do trabalho junto a administradores, realizadas entre 1994 e 1998, Morin (2002) apresentou seis características do trabalho que tem sentido: (i) Um trabalho que tem sentido é feito de maneira eficiente e gera resultados; (ii) Um trabalho que tem sentido é intrinsecamente satisfatório; (iii) Um trabalho que tem sentido é moralmente aceitável; (iv) Um trabalho que tem sentido é fonte de experiências de relações humanas satisfatórias; (v) Um trabalho que tem sentido garante a segurança e a autonomia; e (vi) Um trabalho que tem sentido é um trabalho que nos mantém ocupados.

Diante da terceira característica apresentada por Morin (2002) que afirma que “um trabalho que tem sentido é moralmente aceitável”, questionou-se o sentido do trabalho para uma profissão que não é moralmente aceitável, ou seja, que não vai de encontro à retidão das práticas sociais e organizacionais e não contribui socialmente e que não se relaciona com as regras do dever e do saber viver em sociedade, nem tampouco com os valores morais, éticos e espirituais. Tendo em vista tal questionamento, as profissionais do sexo mostraram-se uma categoria adequada, uma vez que estão marginalizadas pela sociedade que não considera esta uma profissão moralmente aceitável.

Apesar dessa não aceitação, os favores sexuais, principalmente os femininos, podem ser observados no decorrer da história da humanidade. Schreiner et al. (2004) mencionam que desde a Grécia Antiga, tem-se relatos da existência da prostituição como uma atividade profissional que, ao longo do tempo, de maneira mais ou menos intensa, sofreu restrições e foi situada à margem da sociedade. Essa marginalização da prostituição lhe atribui estigmas difíceis de serem modificados. Nesta perspectiva, Nussbaum (2002) relata que a estigmatização vinculada a alguns exercícios profissionais é decorrente de reações sociais de preconceito seja de classe, de raça ou de gênero. Para esta autora, dois fatores persistem como fontes do estigma dirigido às prostitutas: o primeiro associa intimamente a prostituição às moralidades, tornando-a, conseqüentemente, uma experiência imoral. Já o segundo relaciona a prostituição às representações hierárquicas de gênero e à ideia de que as mulheres e sua sexualidade precisam da dominação e controle masculinos, ficando disponíveis à realização dos desejos sexuais dos homens.

Diante do exposto, este estudo teve como objetivo apreender o sentido do trabalho para as profissionais do sexo atuantes em uma boate no interior de Minas Gerais, considerando esta uma atividade moralmente inaceitável. Para isso, foi necessário conhecer o discurso referente à compreensão do trabalho e sua relação com o prazer e o sofrimento, mediante um processo de produção de sentidos, utilizando-se uma abordagem sócio-construcionista em que o conhecimento acerca da realidade em que vivem pode ser retratado por meio de práticas discursivas com base em uma realidade socialmente construída.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Nesta sessão são apresentadas as concepções teóricas que nortearam este estudo. Inicialmente discute-se o conceito de trabalho visto como algo que atribui sentido à vida humana. No próximo tópico busca-se tratar de algumas questões referentes à prostituição, bem como a luta por sua legalização no Brasil.

2.1 O sentido do trabalho

O trabalho é algo que acompanha o homem desde os primórdios da humanidade. Embora tenha seus significados modificados no decorrer do tempo, o fato é que o trabalho sempre representou parte da identidade das pessoas, interferindo consideravelmente na concepção que fazem de si mesmo e dos outros.

Desta forma, conforme relatam Assis e Macedo (2008), o trabalho, como construtor de identidade e inclusão social, interfere na vida das pessoas como um todo. Neste sentido, Codo et al. (2004) afirmam que o trabalhador constrói sua identidade na sua relação diária com a própria vida, estabelecendo uma tríplice relação entre identidade-trabalho-relações sociais e afetivas.

O trabalho orienta caminhos a serem seguidos e aproxima as pessoas, logo quando não trabalha o indivíduo se vê deslocado na sociedade ao qual pertence. No que se refere ao desemprego, Enriquez (1999) aponta que a perda do trabalho provoca uma ferida profunda na identidade das pessoas, concorrendo para a desagregação de suas personalidades. Trabalhar não é somente produzir; é também transformar a si mesmo.

Atualmente o trabalho ganhou uma dimensão mais profunda na vida das pessoas. Em decorrência do aumento mundial do desemprego, os indivíduos passaram a valorizar cada vez mais o fato de possuir um trabalho. Principalmente devido à sociedade não enxergar com bons olhos pessoas desempregadas, atribuindo a elas desqualificação, incapacidade e até marginalização. Tagliamento e Toneli (2010) salientam que, mesmo desempregado, a existência do indivíduo

permanece regulada por normas que estabelecem a necessidade do trabalho, haja vista a inevitabilidade do uso do tempo para o trabalho, e do consumo. Neste sentido, o trabalho passa a ter uma dimensão psicológica na vida do trabalhador, afetando a forma como este percebe o mundo e a si próprio na sociedade.

Bendassoli (2011) menciona que o lugar que hoje o trabalho ocupa foi sendo aos poucos construído no pensamento ocidental devido a diversos fenômenos históricos e econômicos, dentre eles a emergência da sociedade industrial. O autor afirma que a elevação da importância do trabalho deu-se, a partir da industrialização, não só no plano econômico, mas também nos planos moral, político e ideológico. Tanto que, ao se questionar: “se você tivesse bastante dinheiro para viver o resto da sua vida confortavelmente sem trabalhar, o que você faria com relação ao seu trabalho?”, mais de 80% responderam que, ainda assim, trabalhariam (MORIN, 1997). Os motivos para tal resposta estão no fato de que as pessoas se relacionam e interagem por meio do trabalho, sentem-se pertencentes a determinado grupo, têm uma ocupação e passam a ter um objetivo na vida.

Antunes (2003) afirma que, para que exista uma vida cheia de sentido fora do trabalho, é necessária uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. De modo que não é possível encontrar sentido na vida, se não houver sentido no trabalho realizado. Desta forma observa-se que o trabalho está dotado de sentidos para os indivíduos.

Para Vygotsky (1991), sentido refere-se à soma de todos os eventos psicológicos evocados em nossa consciência através da palavra. O sentido é sempre uma formação dinâmica, variável e complexa, que tem zonas de estabilidade diferentes. A produção de sentidos tem sua gênese na experiência singular de um sujeito com uma situação concreta, em que “todo o comportamento nessa condição, representa um processo de produção de sentidos, que definidos dentro de um sistema de sentidos, atua sobre ele, produzindo novos sentidos” (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 51). Segundo Frankl (1963) citado por Morin, Tonelli e Pliopas (2007), as pessoas necessitam de sentidos ao realizar suas atividades, caso contrário, mergulham numa “frustração existencial”. Daí a importância que os sentidos atribuídos ao trabalho têm na vida das pessoas.

Mendes (2007, p. 43) relata que o sentido do trabalho depende basicamente “da relação entre a subjetividade do trabalhador, do saber fazer e do coletivo do trabalho”. Para esta autora o trabalho estará sempre associado ao binômio prazer-sofrimento, uma vez que pode ser fonte de patologias, adoecimentos, como também de saúde. Em todas essas situações, o trabalhador atribui novas significações às relações dinâmicas entre organização do trabalho e processo de subjetivação. Mendes (2007, p.30) entende subjetivação como o “processo de atribuição de sentido com base na relação do trabalhador com sua realidade de trabalho, expresso em modos de pensar, sentir e agir individuais ou coletivos”.

Alguns estudos já foram realizados com o objetivo de desvendar o sentido que os trabalhadores atribuem ao seu trabalho. Dentre esses estudos destaca-se o trabalho do Grupo MOW (Meaning of Work, 1997), que foi pioneiro na investigação do tema a partir da década de 1950. O modelo proposto pelo grupo considera o significado do trabalho como um construto psicológico multidimensional e dinâmico, formado da interação entre variáveis pessoais e ambientais e influenciado pelas mudanças no indivíduo. As pesquisas realizadas pelo grupo consistem na classificação de seis padrões de definição do trabalho: (I) Padrão A, o trabalho é algo que acrescenta valor a qualquer coisa; (II) Padrão B, há um sentimento de vinculação (pertença) ao realizar o trabalho; (III) Padrão C, outros se beneficiam com este trabalho; (IV) Padrão D, alguém determina o que fazer, não é agradável; (V) Padrão E, o trabalho é mental e fisicamente exigente; e (VI) Padrão F, o trabalho tem um horário determinado para sua realização; faz parte das tarefas do indivíduo; e, recebe-se alguma compensação financeira para fazê-lo.

Observa-se que o modelo proposto pelo Grupo MOW apresenta: o caráter social do trabalho que visa, para além de benefícios individuais, contribuir com a sociedade (padrões A, B e C); as concepções negativas do trabalho, vendo-o como uma atividade desagradável, obrigatória para sustento (padrões D e E); e a concepção neutra do trabalho encarada como uma atividade que se realiza em um lugar e horário determinados, com uma remuneração para esta tarefa (padrão F).

Morin (2002), por sua vez, realizou uma pesquisa com estudantes de administração e administradores. Os resultados se aproximam daqueles obtidos

pelo Grupo MOW. Entre os estudantes de administração foram identificados cinco motivos para o trabalho: (I) para realizar-se e atualizar o potencial; (II) para adquirir segurança e ser autônomo; (III) para relacionar-se com os outros e estar vinculado em grupos; (IV) para contribuir com a sociedade; e (V) para ter um sentido na vida, o que inclui ter o que fazer e manter-se ocupado. De acordo com a autora, as características que o trabalho deve ter são consoantes com os motivos que estimulam esses estudantes ao trabalho: é necessário haver boas condições de trabalho (horários convenientes, bom salário, preservação da saúde); oportunidade de aprendizagem e realização adequada da tarefa; trabalho estimulante, variado e com autonomia.

Para os administradores, as pesquisas de Morin (2002) realizadas no Canadá apontam que seis características possibilitam um trabalho que faz sentido. Em primeiro lugar, o trabalho que faz sentido é aquele feito de maneira eficiente e que leva a algum resultado. O trabalho também precisa ser satisfatório em si, ou seja, é necessário haver algum prazer e satisfação na realização das tarefas, resolver problemas, usar o talento e potencial, com autonomia. Além disso, o trabalho precisa ser moralmente aceitável, ou seja, ele deve ser feito de maneira socialmente responsável; os administradores não gostavam de trabalhar em atividades desrespeitosas, injustas ou imorais. O trabalho também precisa ser fonte de experiências de relações humanas satisfatórias, ou seja, a possibilidade da construção de laços de afeição. Assim, infere-se que o trabalho que tem sentido possibilita autonomia e garante segurança, visto que o trabalho está associado à noção de emprego e à condição de receber um salário que permita garantir a sobrevivência. E, finalmente, um trabalho que faz sentido é aquele que mantém as pessoas ocupadas, isto é, ocupa o tempo da vida, evita o vazio e a ansiedade.

Através dos estudos abordados verificou-se que o sentido do trabalho ultrapassa a antiga noção de que o trabalho era apenas um meio de subsistência na sociedade. As pesquisas demonstram que além de ser a principal fonte de sobrevivência para as pessoas, o trabalho é visto também como forma de ser aceito no meio social, interagir com outras pessoas, tornar-se membro de um grupo e se realizar enquanto ser humano. Porém, no âmbito da prostituição, o trabalho que

essas profissionais realizam, ao contrário, as distanciam da sociedade, tornando-as sujeitos marginalizados.

2.3 Os caminhos da prostituição

Para estabelecer uma discussão sobre prostituição faz-se necessário compreender seu significado. Na língua portuguesa é possível encontrar algumas definições como: o comércio habitual ou profissional do amor sexual; vida desregrada; profanação, aviltamento, entregar-se ao uso do sexo para obter dinheiro ou vantagens; desonrar-se, corromper-se; vida de devassidão, de impudícia, ação de vergonhosa condescendência, de vergonhoso servilismo. No que se refere às prostitutas, encontram-se definições como: (do latim prostituta), meretriz, mulher que comercializa o ato sexual, mulher que tem relações sexuais para ganhar dinheiro (OLIVEIRA, 2008). Pedro (2010) destaca que essas diferentes nomenclaturas utilizadas para referenciar a prostituta, relacionam-se a políticas específicas que em certos momentos almejam coibir a prestação de serviços sexuais através da perseguição a essas profissionais, fechamento de bordéis, criminalização de seus agenciadores ou clientes; mas que, em outros momentos, reivindicam esses serviços como necessários, que devem inclusive ser regulamentados. Nesta perspectiva, comumente observa-se que ao se referir à prostituta como “mulher da vida”, “meretriz”, dentre outras formas que desmerecem seu trabalho, adere-se à política de coibir essa atividade ou ter algo contra essas trabalhadoras. Já quando se utiliza a nomenclatura de profissional do sexo adota-se a política que vê a prostituição como uma profissão necessária na sociedade e tem-se a prostituta como uma trabalhadora.

Independente da nomenclatura utilizada, o fato é que a prostituição configura-se como uma atividade bastante antiga. Na própria Bíblia é relatado o caso de Maria Madalena, que era uma prostituta e por isso não podia lavar os pés de Jesus, já denunciando aí o preconceito existente na época. Carmo et al. (2011) ressaltam que esse preconceito que acompanha as prostitutas foi construído socialmente. Ceccarelli (2011) relata que, nas antigas civilizações, a prostituta era

considerada sagrada. Porém, no século XVI, a ação conjunta das igrejas, tanto católica, como protestante, usaram de preceitos religiosos para suprimir a prostituição, controlar os costumes e ditar valores morais. Segundo Carmo et al. (2011), desde então, violência e preconceito são praticados contra essas mulheres.

Souza (2012) corrobora ao afirmar que as prostitutas são desvalorizadas e a elas se voltam ações de violência física ou simbólica. No que se refere à violência simbólica, esta consiste em dispositivos que negam que a mulher prostituta possa exercer papéis sociais e possuir atributos associados às demais mulheres na sociedade. Complementando, Reis (2008, p.1) menciona que a prostituta é tida como “a deformadora do papel feminino, dos ideais de boa mãe e dona de casa”.

A questão imoral que recai sobre a prostituta é que na sociedade a prostituição é vista como uma prática onde se oferece sexo em troca de dinheiro, sendo a prostituta aquela que vive a partir da prostituição. Costa, Silva e Nascimento (2009) referem-se à prostituição como a prática de comercializar serviços de natureza sexual como prazer, fantasias, sexo, carícias, etc. Gaspar (1984) apresenta a prostituta como sendo aquela que vende serviços sexuais em troca de uma quantia em dinheiro anteriormente combinada. Já para Moreira e Monteiro (2009) a prostituta é aquela que oferece satisfação sexual em troca de remuneração.

Independente da discussão moral, atualmente observa-se uma maior organização das prostitutas em busca da legalização de sua profissão. A Holanda é um exemplo de país que legalizou a prostituição. Isso ocorreu há sete anos e as prostitutas possuem todos os direitos de qualquer trabalhador, inclusive as boates passam por fiscalizações frequentes. No entanto, na prática, Oliveira (2008) relata que não é bem isso o que acontece, uma vez que a maioria das trabalhadoras são imigrantes, inclusive do Brasil, que não usufruem da legalidade da profissão.

No Brasil o movimento associativo das prostitutas é marcado pelo I Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987, que cria a Rede Brasileira de Prostitutas, tendo como bandeira principal o reconhecimento legal da profissão. Após esse encontro,

observa-se uma maior organização dessas profissionais por meio de associações, ONG's, dentre outros movimentos (OLIVEIRA, 2008).

Esses movimentos se justificam uma vez que a prostituição tem crescido consideravelmente nos últimos anos. Poulin citado por Rosa (2008) relata que esse crescimento pode ser observado principalmente nos países do hemisfério sul. No Brasil, a prostituição também tem encontrado terreno fértil, o que tem feito com que proliferasse consideravelmente o número de mulheres que atuam como prostitutas e os locais onde ocorre prostituição. No entanto observa-se que esse aumento não tem colaborado para a garantia de direitos a essas profissionais.

Alguns passos já foram dados, dentre eles o fato de o Ministério do Trabalho já reconhecer a prostituição como atividade profissional. Na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) desde 2002, a prostituição passa a ter uma existência oficial reconhecida. No entanto continua desprovida de qualquer proteção legal para o exercício da profissão.

Na CBO a ocupação de “profissional do sexo” pertence à família dos prestadores de serviço, descrita com o número 5198-05, sob o título de “Garota de programa”, “Garoto de programa”, “Meretriz”, “Messalina”, “Michê”, “Mulher da vida”, “Prostituta” e “Trabalhador do sexo”. A descrição sumária da atividade explicita que os profissionais do sexo: “buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão”. Em relação às características de trabalho, a CBO estabelece as condições gerais de exercício, que prevê que esses profissionais “trabalham por conta própria, em locais diversos e horários irregulares. No exercício de algumas das atividades podem estar expostos às intempéries e a discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST's, e maus-tratos, violência de rua e morte”. A formação e experiência exigida para atuar nesta ocupação requerem “que os trabalhadores participem de oficinas sobre sexo seguro, o acesso à profissão é restrito aos maiores de dezoito anos; a escolaridade média está na faixa de quarta a sétima séries do ensino fundamental” (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2012). Observa-se que esse reconhecimento da

prostituição como profissão é visto como o início de muitos outros direitos que essas profissionais requerem, dentre eles o direito à legalidade da profissão.

A prostituição em si não é considerada um crime no Brasil. Conforme explica Pasini (2005), o ato de prostituir-se não é crime, entretanto, todo o mercado no entorno da prostituta é considerado uma contravenção, ou seja, proprietários de locais onde ocorre a prostituição, cafetões e cafetinas, enfim, qualquer pessoa que utilize o trabalho da prostituta para obter renda é considerada criminosa. Desta forma, toda a estrutura que dá sustentação ao trabalho das prostitutas é vista como ilegal e isso dificulta o exercício de suas atividades.

No entanto, embora na clandestinidade, o mercado do sexo no Brasil está em ebulição, crescendo a cada dia e encontrando terreno fértil para prosperar os negócios, fazendo com que pessoas das mais variadas profissões desistam de suas atividades convencionais para tentarem a sorte nesse ramo (LEITE, 2009; OLIVEIRA, 2008). Rosa (2008) salienta que a prostituição tornou-se um fenômeno mundial. Este autor apresenta dados que mostram que em 2002, o número de prostitutas no mundo era de aproximadamente 40 milhões e que a cada ano, em média, 500 mil pessoas, entre mulheres, homens, meninas e meninos, entram para a prostituição.

Diante deste cenário, admite-se que a prostituição está consolidada como trabalho, ainda que informal, no atual mercado. No decorrer da história, esta atividade persiste mesmo diante das dificuldades enfrentadas no exercício da profissão, da ilegalidade e do preconceito vivenciado perante a sociedade.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo realizado caracteriza-se como qualitativo-interpretativo, uma vez que busca compreender o sentido do trabalho para prostitutas em uma boate. Por meio da análise qualitativa tem-se o entendimento de situações em que se requer uma análise tanto descritiva quanto interpretativa (GIL, 1994), daí sua utilização neste contexto.

Participaram da pesquisa 7 das 15 profissionais do sexo que atuam em uma boate na região centro-oeste de Minas Gerais. As entrevistadas têm entre 21 e 30

anos; possuem escolaridade baixa, sendo que 5 delas possuem Ensino Fundamental incompleto; 1 possui Ensino Médio incompleto e apenas 1 possui Ensino Médio completo. Em relação à renda mensal, todos afirmaram receberem entre R\$ 800,00 e R\$ 1000,00 semanais. No que se refere ao tempo em que atuam nesta atividade, a maioria (4) está neste emprego entre 4 e 5 anos; outras duas estão entre 1 e 3 anos e apenas 1 está há mais de cinco anos nesta atividade.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas, gravadas com a permissão das entrevistadas e posteriormente transcritas. Desta forma, as entrevistas permitiram às participantes discorrerem livremente sobre o tema tratado, ampliando as informações para análise. As entrevistas foram realizadas na boate, com duração de aproximadamente quinze minutos cada uma.

Como a entrevista semi-estruturada representou a principal fonte de coleta de dados, os discursos foram analisados cuidadosamente. Segundo Triviños (1987) o relato individual é um instrumento para entender o contexto real, uma vez que o discurso individual expressa o coletivo. Desta forma os discursos obtidos representam o coletivo, pois cada indivíduo em sua totalidade produz e reproduz o fato social vivenciado no dia a dia.

Outra fonte de coleta de dados utilizada foi a observação não-participante. Segundo Marconi e Lakatos (1999), na observação não-participante, o pesquisador toma contato com a realidade estudada sem integrar-se a ela. O observador não participa do fato e não se deixa envolver pelas situações. A observação não-participante foi realizada na boate pesquisada, nos momentos em que as entrevistas foram realizadas. As anotações foram feitas em um caderno de campo para posterior análise.

O presente estudo baseou-se na perspectiva construcionista social, adotando assim, a proposta de análise da produção de sentidos. Utilizando-se a perspectiva das práticas discursivas da produção de sentidos, tem-se a análise dos significados, cuja ênfase é a linguagem em uso. Spink (2000, p.41) define sentido como “[...] uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente

interativo, por meio do qual as pessoas constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com situações e fenômenos a sua volta”.

4. COMPREENDENDO O SENTIDO DO TRABALHO PARA AS PROSTITUTAS

Nesta parte apresentam-se os dados da pesquisa. Objetivando demonstrar de forma clara e concisa as informações coletadas neste estudo, optou-se por dividir esta análise em quatro partes: (i) A boate: percepções sobre o ambiente de trabalho das prostitutas; (ii) A vida antes da “boate”; (iii) A vida na boate: o sentido do trabalho na prostituição; e, por fim, (iv) “*Eu nem ligo com a sociedade, não. Até porque eu não faço parte dela*”: o sentido do trabalho não aceito socialmente.

4.1 A “Boate”: percepções sobre o ambiente de trabalho das prostitutas

A impressão que se tem é que a prostituição pertence a um submundo, bastante desconhecido pela sociedade. A maioria das pessoas demonstra curiosidade por conhecê-la, mesmo por que se trata de uma atividade marginal na sociedade. Diante disso, considerou-se importante para esta análise apresentar as percepções obtidas mediante a observação não-participante de um dos pesquisadores durante a visita realizada à boate. Considera-se que essa percepção enriquece a análise e auxilia na compreensão do sentido do trabalho para essas profissionais, por representar a visão do “outro” sobre este trabalho.

Silva e Blanchette (2005) relatam que as boates são ambientes fechados cuja razão de existência declarada é a oferta de outras diversões além dos serviços sexuais (*shows* de danças, *strip-tease* ou sexo ao vivo), onde as mulheres da casa estão disponíveis para a prostituição. Esses locais geralmente oferecem quartos, onde os programas são realizados e o cliente paga um valor extra para utilizá-los. A boate pesquisada possui todas as características descritas pelos autores, conforme se observa nos parágrafos seguintes.

Primeiramente, o acesso à boate foi difícil de se conseguir. Após vários contatos com o proprietário foi que a pesquisadora conseguiu realizar as entrevistas. O fato de a prostituição ainda não ser uma atividade legalizada em nosso país, faz com que os proprietários de boates fiquem receosos diante de uma investigação sobre o seu negócio. Houve a necessidade de explicar detalhadamente os objetivos do trabalho, o motivo de sua realização, além de apresentar documentos que comprovassem a filiação da pesquisadora à instituição de ensino a qual pertence.

Conforme relata Pasini (2005), ainda que a prostituição não seja considerada crime no Brasil, todos aqueles que têm algum envolvimento com esse tipo de trabalho, e aí se incluem os proprietários de boates, são considerados criminosos. Atribui-se a isso o fato de haver tanta resistência com relação à realização de uma pesquisa no estabelecimento por seu proprietário.

Visitar a boate causou certa tensão na pesquisadora. Sua localização é de fácil acesso: às beiras de uma rodovia federal, mas distante da cidade. Adentrar uma “zona”, como comumente são chamadas as boates no interior, gerou ansiedade, diante do fato de nada se saber a respeito daquele lugar e nem das pessoas que lá seriam encontradas.

Ao chegar, a pesquisadora se anunciou no interfone e logo um portão foi aberto, conduzindo-a para um estacionamento. Do portão surgiu um homem de meia idade que a recebeu e a levou até as “meninas”. Logo depois, soube-se que se tratava do responsável pela organização do local. Ele morava na boate e cuidava das refeições e da limpeza durante o dia e a noite trabalhava na bilheteria de entrada. Foi ele quem levou a pesquisadora para conhecer todo o local.

As mulheres residem na boate, mas podem sair sempre que quiserem, desde que seja fora do expediente. O horário de trabalho é de 21:00 h às 6:00h. A impressão que se tem é que se trata de uma casa como outra qualquer. Os hábitos são os mesmos: café-da-manhã, almoço, lanche, jantar, cozinha, área de lavar, quintal com horta e até um galinheiro. Os quartos são padronizados, todos com uma cama de alvenaria e um banheiro pequeno. As “meninas” mobíliam o quarto

da forma que desejarem. Algumas colocam guarda-roupa, cômoda e até decoram com quadros, tapetes, muitas almofadas e travesseiros.

Ao perguntar sobre o local onde ficam os clientes a pesquisadora é dirigida para outro funcionário. Ele trabalha e mora na boate também. É o responsável pelo bar e pelo caixa. Ele a leva para conhecer o bar. Não é um “barzinho” como outro qualquer. Trata-se de uma boate muito bem decorada, equipada com aparelhos de som altamente potentes e jogos de luzes modernos. No centro está um palco redondo com diversas barras onde as garotas fazem *streeptease*, ao redor um espaço utilizado para dançar, nas laterais estão várias mesas com cadeiras e o bar, onde bebidas são vendidas a preços exorbitantes.

Logo após conhecer a boate a pesquisadora é apresentada a uma das mulheres e começam-se as entrevistas. Elas são jovens, algumas têm boa aparência, outras não, são alegres, educadas e estavam curiosas com a presença da pesquisadora. Elas não entendem bem o que ela está fazendo ali, mas participam e colaboram relatando um pouco de sua história.

O que mais impressiona é o total impudor das meninas. Algumas estão seminuas, outras estão completamente nuas e assim continuam ao realizar a entrevista, sem nenhum constrangimento, mesmo quando os dois funcionários estão por perto. Elas estão se embelezando para a noite. Usam roupas provocadoras, abusam da maquiagem, saltos enormes, cabelos soltos e muito perfume.

Estas são algumas características do local onde ocorre a prostituição. Conhecê-lo foi surpreendente e gratificante para a pesquisadora. Desmistificou uma série de concepções que se tinha a respeito desses locais. Mas o essencial dessa visita foi perceber e entender que se trata de um comércio, de um negócio e assim confirmar a necessidade de estudá-lo no âmbito da Administração.

4.2 A vida antes da boate

As prostitutas têm algo em comum no que se refere à trajetória de vida. Na sua maioria são mulheres nascidas e criadas em regiões muito pobres de Minas Gerais. Observa-se, por meio dos relatos que elas conviveram desde pequenas com

miséria, dificuldades, necessidades e não tiveram apoio da família, que também não tinha muitas condições a oferecer. As regiões em que moravam não ofereciam bons empregos, nem salários dignos. Percebe-se essa situação nas falas das entrevistas P1 e P4 a seguir:

(...) lá na minha cidade tem miséria demais. Lá em casa a gente passava era fome. Minha mãe não ligava com nada não. Quando eu fiquei maior eu trabalhei numas casas dando faxina, mas não ganhava nada, sabe. Nem o salário eu tirava. Aí eu fui morar com um cara, mas não deu certo. (...) Aí eu voltei pra casa. Minha mãe ficava jogando coisa na minha cara, falando que eu era uma safada. Eu fui cansando com aquela vida de miséria (P1).

Olha eu tive pouca escolaridade. Minha mãe... quando eu comecei a ficar mocinha, quando eu menstruei pela primeira vez não tinha “modes” (absorvente) em casa. Minha mãe me deu um pano. Aí eu comecei a crescer e ver que eu tinha necessidade de um creme, né, um creme, um modes, tipo... uma roupa, né (P4).

Através do relato da entrevistada P1, observa-se que as prostitutas atuaram em outras atividades antes da prostituição. No entanto, em decorrência da baixa escolaridade (P4), não conseguem trabalhar em atividades que proporcionam bons salários. No relato de P4 percebe-se que as condições para se consumir eram mínimas, principalmente se tratando de produtos supérfluos.

Ao serem questionadas sobre a forma como iniciaram sua carreira na prostituição, a maioria das entrevistadas relatou que foram convidadas por amigas que já eram prostitutas e as levaram para locais onde trabalhavam, conforme relatam P2 e P7. No caso de P7, embora tenha sido convidada por uma amiga, esta não era ainda prostituta. Tratou-se de uma curiosidade de ambas sobre a prostituição, em que ela se sentiu bem e terminou por se tornar uma dessas profissionais:

Aí uma colega minha tava indo pra BH e me falou que ia fazer programa lá, que tava dando dinheiro. Ela foi e deu certo e depois ela me levou. Aí não sai mais. (P2);

Eu não escolhi, não. Quando eu vi já tava. Ah, não sei, foi por acaso sabe. Nós tava numa balada e uma amiga minha falou assim: Ah... vamos em uma boate de mulher que faz programa? Aí eu falei assim, vamos. Aí nos fomos. Aí chegando lá a dona, sabe, achou a gente bonita e pediu pra gente ficar pra ver como é que era. Até hoje. Fiquei e estou até hoje. (P7)

Vários estudos (OLIVEIRA, 2008; LOPES; RABELO; PIMENTA, 2007; MOREIRA; MONTEIRO, 2009; BARRETO; PRADO, 2010) demonstram que os motivos pelos quais essas mulheres entram para a prostituição na maioria dos casos apontam para questões relacionadas a uma vida de dificuldades, miséria, insatisfação, desemprego. Elas viram na prostituição, inicialmente, a possibilidade de conseguir renda para sobreviver. Isso também fica explícito por meio das falas das entrevistadas.

Contrário ao que diz o senso comum de que as prostitutas são mulheres indecentes, imorais, ausentes de valores e que buscam na prostituição uma vida fácil, pode-se observar que o caminho percorrido por elas até a entrada para a boate colabora de certa forma para a escolha profissional que fazem. As condições em que nasceram essas mulheres, com famílias numerosas e desestruturadas, atreladas à baixa escolaridade e ao desemprego mostram-se a principal motivação para que entrassem para a prostituição. O fato de obter renda superior àquela que obtinham em outras atividades parece ser o motivo que as fez continuar mesmo enfrentando dificuldades, como apresentado a seguir.

4.3 A vida na boate: o sentido do trabalho na prostituição

Percebeu-se que a atividade de prostituta possui um sentido financeiro para essas profissionais. A maioria das entrevistadas revela que a prostituição é a forma que encontraram para obter renda suficiente para manterem a si mesma e à família, além de adquirir bens que sempre desejaram e antes não podiam ter acesso. A seguir apresentam relatos que corroboram essa análise:

É o meio que eu tenho pra sobreviver, para ganhar o suficiente pra criar meu filho, dar uma casa decente pra minha mãe, minhas irmãs e pra ele (o filho) (P1);

Meu trabalho significa prazer. Prazer de comprar o que eu quero, de comer o que eu quero, de fazer o que eu quero e na hora que eu quero (P3).

Observa-se nos relatos que as entrevistadas se preocupam com a sobrevivência da família, que depende do trabalho delas. Desta forma, elas vêm na prostituição a possibilidade de adquirir aquilo que promoverá conforto e

satisfará necessidades para seus familiares. É como se quisessem suprir a família com tudo aquilo que lhes faltou antes de se tornarem prostitutas. A entrevistada P3 afirma que seu trabalho significa o prazer, mas não aquele relacionado ao ato sexual, mas o prazer de consumir.

A sobrevivência é apontada também em outros estudos como o que leva as pessoas a trabalharem. Neste aspecto, a prostituição se aproxima das demais profissões em que os trabalhadores vêem em sua atividade a possibilidade de manterem a si mesmos e aos seus familiares. Curioso é analisar que, embora o prazer esteja envolto nos domínios da prostituição, uma vez que cabe à elas proporcionar prazer aos clientes, o exercício da atividade em si não aparece como algo prazeroso, uma vez que, conforme apontado por P3, tal prazer volta-se para o ato de consumir.

Neste sentido, Silva (2002) destaca que a maternidade e os problemas financeiros são, frequentemente, apontados por essas mulheres como justificativa para o ingresso na atividade sexual, o que se evidencia também neste estudo, tendo em vista a ênfase dada pelas prostitutas ao fato de trabalharem em prol da sobrevivência de suas famílias, conforme mencionado por P1.

Ao serem questionadas sobre o que mais lhes satisfaziam em seu trabalho, algumas afirmaram que se satisfazem somente pela renda que adquirem por meio da prostituição (P6). Já a entrevistada (P5) afirma que se satisfaz com o clima existente no local de trabalho e a diversão que ele ocasiona, como apresentado a seguir:

Acho que a noite. É uma festa, é festa todo dia, todo dia você bebe, você conhece gente nova, é muito bom tudo isso. É uma vida muito diferente da que eu levava com aquele traste (esposo) e apanhava ainda (P5).

Não tem nada bom aqui, só o que eu te falei só a condição de ter aqui o que eu não consigo ter trabalhando em outro emprego (P6).

Em relação aos dizeres de P5, Souza (2007) ressalta que além de aspectos econômicos existem outros elementos que favorecem o ingresso na atividade de prostituta. Dentre esses elementos encontra-se o desejo de divertir-se ou livrar-se de um casamento opressor. A entrevistada P6 corrobora os dizeres do autor ao

afirmar que o que a satisfaz é a diversão que a boate proporciona e o fato de poder levar uma vida totalmente diferente daquela que levava quando era casada. Assim, a prostituição surge como libertação, ou seja, como possibilidade de se livrar de algo que lhes causava sofrimento.

Por outro lado, quando questionadas em relação ao que mais as incomodava em seu trabalho, as entrevistadas relataram o próprio ofício, ou seja, o fato de ter que manter relações sexuais com qualquer pessoa disposta a pagar por isso.

Nossa é tanta coisa! Vou lembrar de algumas. (Risos) O cara feio e sujo que você tem que transar. Você ser humilhada o tempo todo pelos caras que vem aqui. A sua família não poder saber... (P2);

Eu acho que você ter que ficar com uma pessoa sem nunca ter visto ela. É ficar sem ter tesão nenhum no cara (P7).

Os relatos demonstram que as prostitutas consideram o seu trabalho algo que as incomoda. Ao optarem por trabalhar com o corpo, ou seja, com o comércio de sexo, elas se colocam disponíveis a manter relações com clientes dos mais diversos tipos. Conforme relatado, na maioria das vezes, esses clientes são pessoas que não despertam nelas nenhum desejo sexual. Estar com eles é relatado como o maior incômodo nesta atividade.

Considera-se esse um ponto relevante nesta análise, pois as prostitutas são estereotipadas pela sociedade como mulheres ávidas por sexo, que trabalham nesta atividade por gostarem do que fazem. Essa é a origem da maior parte do preconceito a elas atribuído. No entanto, nota-se pelos relatos, que o ato sexual em si não é visto por elas como algo prazeroso, que lhes proporcione alguma satisfação sexual.

A entrevistada P2 relata que o fato de sua família não poder saber sobre seu trabalho é também um incômodo. Devido à natureza da atividade de prostituir-se, na maioria dos casos, a família não sabe sobre o trabalho na prostituição. O preconceito é grande também por parte da família que na maioria das vezes se coloca contra esse tipo de trabalho. Para evitar problemas com seus familiares as prostitutas preferem omitir essa informação. Desta forma, a família muitas vezes é mantida por uma atividade que eles próprios abominam, conforme evidenciado em outras falas acima.

Já a entrevistada P4 afirma que o que mais a incomoda na prostituição é o fato de consumir bebidas alcoólicas todos os dias e ficar acordada a noite toda, além dos clientes indesejados. Ela afirma que se embriaga para suportar este trabalho.

É porque tem muitas que não bebe, mas eu, por exemplo, como eu já tenho o hábito de beber, pra mim fica difícil ter que ficar uma noite inteira acordada, ter que agüentar clientes bêbados, enjoados, fazer uma coisa que eu não gosto e não ter opção. Então eu prefiro beber pra ficar uma coisa mais light. (P4).

A prostituição desencadeia problemas na vida de suas profissionais. Alguns estudos mostram que drogas e alcoolismo comumente acompanham as prostitutas. Ao analisar o relato de P4, observa-se que o consumo de bebidas alcoólicas está atrelado ao fato de amenizar o ato sexual com clientes indesejados. Desta forma, uma coisa leva a outra, iniciando um ciclo que nem sempre termina bem para essas mulheres.

Neste sentido, questionou-se às entrevistadas se o trabalho que realizam oferece algum tipo de risco para sua saúde. Elas alertaram para a questão da Aids e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DST's), uma vez que mesmo usando preservativos, não se sentem seguras, pois frequentemente estouram, conforme relatam.

A gente usa camisinha, mas estoura, sabe. Por que não tem como você lubrificar toda hora, você tá transando com um cara sem tesão nenhum e aí como é que lubrifica, menina? A camisinha estoura mesmo. Não tem jeito" (P1);

Totalmente. O HIV, né. Estoura a camisinha, as vezes você não tá lubrificada. Tem muitas meninas que não usam KY. Eu uso, mas tem muitas que não usam. As vezes não dá nem tempo porque o cara tá tão apavorado. O risco do HIV, com certeza, de uma doença, a sífilis (P5).

Esta é uma questão importante a ser tratada no âmbito da prostituição. Ao que parece, usar preservativo não garante segurança para essas profissionais, uma vez que, em decorrência da não lubrificação vaginal, o mesmo pode estourar e serem contaminadas. De acordo com P5, a utilização de lubrificantes pode diminuir esse risco, mas nem todas as prostitutas têm o hábito de utilizá-lo.

Neste aspecto, evidencia-se a necessidade de se pensar a efetividade das políticas públicas de saúde que atuam junto às prostitutas. Muitas vezes não se trata apenas de disponibilizar preservativos, mas de entender o processo e otimizá-lo a partir da percepção delas a respeito de sua condição e daquilo que, de fato, poderia lhes assegurar enquanto grupo considerado de risco no que se refere à transmissão e contaminação por doenças sexualmente transmissíveis.

Ao que parece, a vida na boate não parece ser a “vida fácil” que a sociedade atribui às prostitutas. Observou-se que as entrevistadas enfrentam dificuldades ao exercerem esta profissão. Por mais que sua atividade lhes façam parecer pessoas sem pudor, o fato de manterem relações sexuais com vários parceiros durante um dia de trabalho, bem como os serviços sexuais solicitados pelos clientes, incomoda as prostitutas. No entanto, suportam, pois dependem da renda que esta atividade proporciona. Não somente elas precisam desta renda, a família também e por isso elas se submetem, pois reconhecem que não terão oportunidade de obter renda superior em outra atividade, tendo em vista a baixa escolaridade e a falta de experiência no mercado de trabalho.

4.4 “Eu nem ligo com a sociedade, não. Até porque eu não faço parte dela”: o sentido do trabalho não aceito socialmente

Para Nusbaum (2002), uma das fontes do estigma dirigido às prostitutas refere-se à associação entre prostituição e moralidades, tornando-a, conseqüentemente, uma experiência imoral. Diante disso, as prostitutas aparecem como sujeitos imorais e indecentes na sociedade. Pessoas que buscam na prostituição uma forma fácil de conseguir renda sem trabalhar, uma vez que a maioria das pessoas não concebe a prostituição como um trabalho.

Corregido (2004) afirma também que em matéria de gênero a ideologia dominante divide as mulheres em “boas” e “más”, isto é, entre as que procuram ou não seguir às convenções e papéis impostos socialmente a elas. A mulher boa é, frequentemente, associada à esfera privada, ela é mãe/filha/avó/esposa do lar,

comedida e paciente, ao passo que a mulher má, comumente, é associada à vida pública, ela é degenerada/desviante/amante/puta e age por impulso.

A partir disso, questionou-se às entrevistadas qual seria a opinião delas a respeito da percepção das pessoas sobre o trabalho que elas realizam. Elas foram unânimes ao afirmar que trata-se de uma percepção totalmente negativa.

Vagabunda, vida fácil, né, e não é. Por trás da gente tem toda uma estrutura que depende desse trabalho sério, criar filho, manter mãe, patrimônio que você acaba adquirindo. Então é um trabalho sério mesmo. A gente tá ali em cima bebendo, dançando, mas faz parte do show. Então quem vem aqui pensa que a gente tá brincando. Mas poxa ninguém perde uma noite de sono pra brincar. Não é discoteca, nem boate, é cabaré (P1).

Eu nem ligo com a sociedade. Até por que eu não faço parte dela. A gente vive meio que na sombra, sabe, escondido. Eu quase não vou na cidade, mas quando eu tenho que ir eu vejo que as pessoas olham demais. Elas conhecem a gente só de olhar. E aí? Aí elas ficam cochichando, falando, sabe, julgando a gente. Mas eu nem ligo. Eu to recebendo. Isso é que importa (P4).

Observa-se que as prostitutas são conscientes do preconceito da sociedade. Elas percebem que as pessoas não aprovam o trabalho que realizam e que as julgam mediante isso. A entrevistada P1 reconhece esse tratamento e relata que não se trata de diversão, como a maioria das pessoas pensam. É o trabalho dela, que por sinal não é fácil. Assim como já apontado nas análises acima, o trabalho das prostitutas é visto como sendo uma atividade que oferece às suas profissionais prazer, diversão e a qual gostam de realizar. Observa-se na fala de P1 que as prostitutas encaram com seriedade sua atividade e procuram sempre ser profissionais. Nota-se a capacidade de diferenciar a esfera do prazer (dança, bebidas) com o trabalho (cabaré).

A entrevistada P4 vai além e menciona que se vê como um indivíduo não-pertencente à sociedade. Ela relata que vive distante das pessoas, pois percebe que não é bem vista por elas. Nesse ponto nota-se a exclusão das prostitutas da sociedade, como se elas não pertencessem ao domínio público. A entrevistada afirma que sente como se vivesse nas sombras, ou seja, sem visibilidade social alguma. Isso faz com que se afastem da vida em sociedade, delimitando seu espaço à boate.

Leite (2009) ao relatar em seu livro “Filha, Mãe, Avó e Puta” sua trajetória, que aborda desde a infância até o momento em que se tornou prostituta e defensora dos direitos dessas profissionais, explicita que a mulher ao se tornar prostituta não deixa de exercer papéis comuns às demais mulheres na sociedade, tidas como as “boas”, conforme Corregido (2004). No relato de P1, observa-se sua percepção de que a sociedade a vê como uma vagabunda, no entanto, ela menciona que as pessoas se esquecem que por trás daquele trabalho existem filhos, mãe, enfim, família que elas precisam cuidar. Dessa forma, ela explicita os papéis pertencentes às demais mulheres na sociedade, que não deixam de pertencer também a elas, independente de sua condição moral.

No entanto, embora percebam o preconceito, as prostitutas parecem não se incomodar com esse tratamento. Conforme relata P4, o fato de obterem uma renda considerada suficiente para elas ameniza essa situação. Nesse sentido, P3 percebe que a sociedade, principalmente os comerciantes, ainda que não aceitem a prostituição e sejam preconceituosos em relação às prostitutas, acabam suportando a presença delas. Isso porque elas consomem e tem condições financeiras para isso em decorrência da renda que possuem. Assim, ela afirma que é bem tratada em boutiques e outras lojas das quais é cliente.

Porque como eu gosto de trabalhar interior, eu nunca trabalhei em capital, então quando a gente chega em uma loja, elas sabem que a gente é de boate então elas tratam bem. Por que? Então é como você falou a sociedade não vê com bons olhos, mas a gente paga a vista né, dinheiro vivo, então elas engolem (P3).

Observa-se certa hipocrisia nesse tratamento dos comerciantes em relação as prostitutas, que relatam serem bem tratadas por eles pelo fato de consumirem e possuírem recursos suficientes para pagar as mercadorias à vista. O ato de consumir as torna, mesmo que por instantes, indivíduos dignos de respeito.

Questionou-se às entrevistadas se, diante dessas situações de discriminação e preconceito, elas desejavam sair da prostituição e trabalhar em outra atividade. Percebeu-se que a maioria pretende, no futuro, realizar outro trabalho.

Sim, eu penso em montar alguma coisa pra mim mesmo. Nada me impede não. Eu tô pensando em levantar um dinheirinho, sabe, bacana, e montar o meu negócio e pronto sair. O que me impede é

que eu não tenho esse dinheiro ainda que eu preciso pra eu montar” (P2).

As entrevistadas desejam sair da prostituição, mas estão cientes de que em outra atividade não conseguirão obter a mesma renda. Diante disso, vivem na expectativa de economizar um montante suficiente para garantir uma segurança financeira por determinado tempo. Nessa esperança, elas continuam na prostituição, sem ter a certeza de que o montante é suficiente para lhes garantir uma vida sem grandes dificuldades, ou seja, o momento para deixar de ser prostituta parece nunca chegar.

Outras entrevistadas afirmaram que pretendem permanecer nesta atividade, conforme se observa a seguir:

Não. Essa é a melhor que eu encontrei pra ganhar dinheiro. E isso é o que me interessa agora: dinheiro (P7).

Não. Eu não quero trabalhar com outra coisa. Terminar de pagar meu terreno, construir minha casa e parar. Não vou ter outra profissão. Eu tenho 29 anos, né, não tenho escolaridade, não tenho cabeça pra sala de aula. Então é construir o que eu já comecei e parar (P1).

A entrevistada P1 pretende abandonar a profissão, mas não pensa em ter outra. Ela busca conquistar algumas coisas a partir da renda que obtém na prostituição e depois que tiver adquirido alguns bens, deseja abandonar a prostituição. Já a entrevistada P7 não pensa em deixar a atividade. Ela afirma que nenhuma outra profissão que teve proporcionou tamanha renda e por isso ela pretende continuar sendo prostituta no futuro.

As entrevistadas relataram algumas dificuldades para aquelas que decidem deixar a profissão. Segundo menciona a entrevista P1, a baixa escolaridade, a inexperiência em outra atividade e o preconceito tornam extremamente complicado encontrar um novo emprego. Algumas tentaram e não foram bem sucedidas em suas tentativas.

O negócio começa quando você vai procurar. Ninguém dá emprego pra ex-puta. (Risos) Mas nada impede não, é a gente que já sabe que não arruma. Porque a gente já tentou e não deu certo (P1).

Conforme demonstrado, as prostitutas são conscientes do estigma e preconceito a elas atribuído pela sociedade. No entanto, isso parece não afetá-las,

uma vez que vêm na renda adquirida pela prostituição a motivação para suportar esse tratamento. Curioso é perceber que tal tratamento se modifica quando se trata da renda que elas também geram para a sociedade. A possibilidade de consumo torna as prostitutas aceitas no comércio.

Lopes, Rabelo e Pimenta (2007, p. 72) relatam que para as prostitutas “os fins justificam os meios, já que, através do dinheiro ganho na prostituição, é possível adquirir respeito, amigos, família e tudo mais que necessitam para viver dignamente”. O fato de poder consumir os produtos que desejam e têm necessidade, atribui sentido para o trabalho das prostitutas. Esse sentido volta-se para a sua própria sobrevivência e de seus familiares. Elas entram e permanecem na prostituição com a esperança de conseguir juntar um montante que seja suficiente para garantir-lhes uma vida financeira estável no futuro. Já outras não pensam em deixar a profissão, pois têm nela, o alcance de diversos objetivos traçados.

5. Considerações finais

Este estudo buscou apreender o sentido do trabalho para as prostitutas atuantes em uma boate no interior de Minas Gerais, considerando esta uma atividade moralmente inaceitável. Para tanto realizaram-se entrevistas e por meio destas foi possível analisar: (i) o ambiente de trabalho das prostitutas; (ii) a vida antes de irem para a boate; (iii) a vida na boate; e (iv) o trabalho não aceito socialmente.

Observou-se que as profissionais do sexo têm uma trajetória que reforça a entrada para a boate. O fato de pertencerem a famílias desestruturadas, conviverem com miséria desde a infância, possuírem baixa escolaridade e não encontrarem bons empregos fez com que encontrassem na prostituição uma oportunidade para obter ganhos que antes não conseguiram. Não se pretende aqui justificar o motivo de sua entrada para a atividade, mas apontar que questões socialmente construídas no decorrer de suas trajetórias podem ter impulsionado comportamentos e escolhas que levaram a esse caminho.

Muitas são as dificuldades vivenciadas pelas prostitutas no exercício de sua profissão. Dentre essas, o fato de atender clientes com os mais variados perfis, mostra-se a maior delas. Em relação à satisfação proporcionada pela prostituição, aparece a possibilidade de obter renda suficiente para garantir uma vida financeira estável para elas e a família, além de adquirir bens que desejam possuir. Nesta perspectiva, o sentido do trabalho para essas profissionais volta-se para a sobrevivência, não se relacionando com a realização pessoal.

Ademais, observa-se que a prostituição é tratada como um tipo de exploração, pois no momento em que elas se sujeitam a esse trabalho que abrange o corpo em si, elas se tornam objetos de exploração tanto dos clientes quanto dos demais atores envolvidos, no caso os proprietários das boates. O mesmo pode acontecer em outras profissões, no entanto, no caso das prostitutas o exercício da atividade será sempre remetido a essa exploração, dado a maneira com que ocorre.

Neste aspecto, o estudo ora realizado demonstra que as prostitutas, embora conscientes desta exploração e dos demais percalços da profissão, dentre eles o preconceito e a desaprovação social, sujeitam-se a essa condição, por obter através dela uma situação econômica mais favorável, que surge como aquilo que confere sentido ao seu trabalho.

Contrário a esse fato está a percepção de Morin (2002) ao afirmar que para ter sentido o trabalho deve ser moralmente aceitável. O trabalho das prostitutas não é um trabalho considerado moral, mas nem por isso deixa de ter um sentido. Elas têm consciência da não aceitação social, mas direcionam o sentido para outras questões relacionadas a esse trabalho, dentre elas a sobrevivência própria e dos seus familiares e a possibilidade de adquirir aquilo que desejam e não teriam condições em outra atividade, dado sua condição de pobreza, miséria, baixa escolaridade e inexperience profissional.

O presente estudo demonstrou que o sentido do trabalho moralmente inaceitável volta-se para a esfera da sobrevivência e distancia-se do trabalho como possibilidade de auto-realização. As prostitutas podem se realizar enquanto

indivíduo pertencente a um sistema capitalista que privilegia o ato de consumir, mas a invisibilidade social atrelada aos estereótipos socialmente construídos no decorrer do tempo em relação a essa categoria e as consequências enfrentadas pelas escolhas de ser prostituta, impede que se realizem enquanto sujeito social.

A presente pesquisa avançou no sentido de ampliar o entendimento de uma temática pouco discutida no meio acadêmico e condenada pela sociedade em geral. Além disso, especificamente, pode-se compreender o sentido atribuído ao trabalho pelas profissionais do sexo. Entende-se ser fundamental dar voz aos marginalizados e compreender suas carências, dificuldades e desafios enquanto atores sociais inseridos numa figuração complexa.

Para pesquisas futuras sugere-se o aprofundamento de questões que revelem ainda mais as relações de trabalho da prostituta e pesquisas que investiguem o sentido do trabalho para outras profissões também moralmente inaceitáveis.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6ª reimpr. São Paulo-SP: Boitempo editorial, 2003.

ASSIS, D. T. F.; MACEDO, K. B. Psicodinâmica do trabalho dos músicos de uma banda de blues. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 20, p. 117-124, 2008.

BARRETO, L. C.; PRADO, M. A. M. Identidade das prostitutas em Belo Horizonte: as representações, as regras e os espaços. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 5, p. 193-205, 2010.

BENDASSOLLI, P. F. Crítica às apropriações psicológicas do trabalho. **Psicologia e Sociedade**, v.23, n. 1, p. 75-84, 2011.

CARMO, P. S. **A ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992.

CARMO, C.M.; SOUZA, E. M.; CUNHA, A. M.; MAIA, D. G. Da boca do lixo à boca do luxo: o cosmopolitismo das prostitutas da Daslu. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 151-158, jul./dez. 2011.

CECARELLI, P. R. Uma breve história do corpo. In: LANGE, E. S. N; TARDIVO, L. S. P. C. **Corpo, Alteridade e Sintoma: diversidade e compreensão**. São Paulo: Vetor, p. 15-34, 2011.

CODO, W.; MENEZES, I. V.; TAVARES, M.; LIMA, M. E. A.; DINIZ, G. **O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho**. Petropolis, RJ: Vozes, 2004.

CORREGIDO, M. D. J. El peso de la discriminación: debates teóricos e fundamentaciones. In. OSBORNE, R.(ed). **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y tráfico en El siglo XXI**. Barcelona: Bellaterra, 2004.

COSTA, D. B.; SILVA, E. F.; NASCIMENTO, J. U. O trabalho das profissionais do sexo em Campina Grande: a batalha da vida (2009). Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/141.%20o%20trabalho%20das%20profissionais%20do%20sexo%20em%20campina%20grande.pdf.

Acesso em: 24/03/2012.

ENRIQUEZ, E. Perda do trabalho, Perda da Identidade. In.: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. (orgs.). **Relações de Trabalho Contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT da PUC de MG, 1999.

GASPAR, M. D. **Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1984.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GONZÁLEZ REY, F. L. **O social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito**. Petrópolis: Pioneira Thomson, 2004.

LEITE, G. **Filha, Mãe, Avó e Puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LOPES, C.S; RABELO, I.V.M; PIMENTA, R.P.B. A bela adormecida: estudo com profissionais do sexo que atendem à classe média alta e alta na cidade de Goiânia. **Revista Psicologia Social**, v. 19, p. 69-76, 2007.

MENDES, A. M. B. **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, método, pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf> , Acesso em: 15/04/2012.

MOREIRA, I. C. C. C; MONTEIRO, C. F. S. Vivência da entrevista fenomenológica com prostitutas: relato de experiência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 62, p. 789-792, 2009.

MORIN, E. Le sens du travail pour des gestionnaires francophones. **Revue Psychologie du Travail e des Organizations**, 3(2/3), 26-45, 1997.

MORIN, E. Os sentidos do trabalho. In: WOOD, T. (Ed.), **Gestão empresarial: O fator humano**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

MORIN, E.; TONELLI. M. J.; PLIOPAS, A. L. V. **O trabalho e seus sentidos**. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1: 47-56, 2007.

MOW - Meaning of Working. Webpage desenvolvida por S. Antonio Ruiz-Quintanilla, 1997, rev. por R. Claes, 2003. Apresenta atividades, eventos, pesquisas, publicações e petições do MOW Center. Disponível em: <http://allserv.rug.ac.be/~rclaes/MOW/>>. Acesso em: 15/03/2012.

NUSSBAUM, M. Pela razão ou preconceito: ganhar dinheiro com o uso do corpo. In: **THEMIS Direitos sexuais**, Porto Alegre: Themis, 2002.

OLIVEIRA, M. Q. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte: o trabalho da vida nada fácil**. 2008. 179 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Universidade Federal de Minas Gerais - MG.

PASINI, E. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. **Cadernos Pagu**, v. 25, p. 185-216, 2005.

PEDRO, J. M. Vender o corpo, vender o sexo: serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação. In. FÁVERI, M.; SILVA, J.G.; PEDRO, J.M (orgs.) **Prostituição em áreas urbanas: histórias do tempo presente**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

REIS, T. Prostituição feminina: interação entre sexualidade, corpo, cor e desejo. In: VII Seminário Internacional Fazendo Gênero, VII, 2008, Florianópolis - SC (**Anais...**) VII Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis - SC, 2008.

ROSA, G. Prostituição globalizada (2008). Disponível em: http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=10610&cd_canal=42. Acesso em: 02/04/2012.

SCHREINER, L. et al. Prevalência de sintomas depressivos em uma amostra de prostitutas de Porto Alegre. **Revista de Psiquiatria**, v. 26, p. 13-20, 2004.

SILVA, Carina P. **A construção da identidade feminina nas trabalhadoras do sexo: relatório final bolsa PIBIC/CNPQ**. São Carlos: UFSCar, 2002.

SILVA, K. A. T. “O lixo pode ser mais que lixo”: o sentido do trabalho para catadores de materiais recicláveis. In: ENANPAD - Encontro da Associação Nacional

de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, XXXV, 2011, Rio de Janeiro (Anais...) XXXIV ENANPAD, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, A.P.; BLANCHETTE, T.G. Nossa Senhora da Help: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. **Cadernos Pagu**, v. 25, p. 249-280, 2005.

SOUSA, F. R. **A noite também educa: compreensões e significados atribuídos por prostitutas à prática da prostituição**. 2012. 291p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos - SP.

SPINK, M. J. P. Os Contornos do risco na modernidade reflexiva: contribuições da psicologia social. **Revista da Associação Brasileira da Psicologia Social - ABRAPSO**, [S.l.], v. 12, n. 12, jan./dez. 2000.

TAGLIAMENTO, G.; TONELI, M. J. F. (Não) trabalho e masculinidades produzidas em contextos familiares de camadas médias. **Psicologia e Sociedade**, v.22, n. 2, p. 345-354, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas II: Problemas de Psicología General**. Madrid: Visor Distribuciones, 1991.